



RESTAURANTE CIDADÃO	PERÍODO/REFEIÇÕES SERVIDAS												TOTAL
	jan/14	fev/14	mar/14	abr/14	mai/14	jun/14	jul/14	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14	
	225.852	209.452	204.644	224.142	240.528	227.467	260.651	239.088	247.408	259.628	228.711	229.043	2.796.614
GOIÂNIA - CENTRO	54.809	50.000	47.500	50.000	52.500	50.000	57.500	52.500	55.000	55.000	50.000	51.100	625.909
GOIÂNIA - CAMPINAS	65.443	60.000	57.000	59.429	63.000	60.000	69.000	63.000	66.000	66.000	60.000	60.650	749.522
APARECIDA DE GOIÂNIA	33.000	30.000	28.500	29.775	31.463	30.000	34.446	31.469	33.000	34.500	27.000	30.300	373.453
ANAPOLIS - CENTRO	33.000	22.500	16.500	30.000	31.287	30.000	33.000	31.500	33.000	34.500	30.000	31.500	356.787
ANAPOLIS - UEG	0	10952	20944	18938	24478	21467	25.305	22.819	20.808	28.228	25.711	17.693	237.343
LUZIANIA - CENTRO	13.200	12.000	11.400	12.000	12.600	12.000	13.800	12.600	13.200	13.800	12.000	12.600	151.200
LUZIANIA - Jardim Ingá	13.200	12.000	11.400	12.000	12.600	12.000	13.800	12.600	13.200	13.800	12.000	12.600	151.200
RIO VERDE	13.200	12.000	11.400	12.000	12.600	12.000	13.800	12.600	13.200	13.800	12.000	12.600	151.200

MÊS / ANO 2014	QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS
JANEIRO	154
FEVEREIRO	67
MARÇO	356
ABRIL	114
MAIO	285
JUNHO	375
JULHO	296
AGOSTO	246
SETEMBRO	115
OUTUBRO	197
NOVEMBRO	116
DEZEMBRO	46
<b>TOTAL:</b>	<b>2367</b>

A OVG tem cadastrada o total de 445 Entidades Sociais. O atendimento é superior ao número de entidades cadastradas, porque algumas destas receberam vários benefícios no decorrer do exercício.

#### 18 Receitas de Convênio

As receitas de convênio são compostas pelos seguintes convênios:

##### Receita de Assistência Social e Gratuidade Com Restrição

	2014	2013
Programas (Atividades) de Assistência Social	66.719.741	59.916.746
Receita de Subvenção de Investimento	117.784	
Assistência Social Prog. Bolsa Universitária	89.182.520	65.479.278
Gratuidade	1.621.908	14.962.034
Rendimento Financeiro		211.717
	<b>157.641.953</b>	<b>140.569.776</b>

#### 19 Receitas de Doações

A receita de doações está composta pelos seguintes grupos:

	2014	2013
Pessoa Física	70.886,48	5.872,22
Pessoa Jurídica	2.048.134,41	3.483.089,74
Fomentar/OVG	153.411,05	443.912,80
	<b>2.272.432,34</b>	<b>3.932.874,76</b>

#### 20 Receitas Eventuais

As receitas eventuais foram originadas da realização dos seguintes eventos:

	2014	2013
Promoções Beneficentes	19.058,45	25.932,95
Barraca/Natal na Praça Cívica	6.400,00	3.200,00
Venda de Bordados e Outros	18.820,00	27.905,00
Venda de Produtos Inservíveis	0,00	260,00
Outras Receitas	170.845,37	125.051,94
Jantar Beneficente	0,00	1.994.348,00
Casa Cor	49.000,00	34.942,10
Receita de Editais	0,00	143,80
	<b>264.123,82</b>	<b>2.211.783,79</b>

#### 21 - Receitas Financeiras

As receitas financeiras estão compostas por:

	2014	2013
Descontos Obtidos	1764,63	34.413,01
Juros Recebidos sobre Aplicação Financeira	52.094,53	236.209,26
	<b>53.859,16</b>	<b>270.622,27</b>

#### 22 Cota Patronal INSS e Outras Receitas

O valor usufruído pela imunidade tributária referente à Cota Patronal INSS é de R\$ 4.935.011,60 (quatro milhões novecentos e trinta e cinco mil onze reais e sessenta centavos), e de imunidade tributária na importação de brinquedos para execução do Programa Natal OVG no valor equivalente de R\$ 2.418.558,39, conforme detalhado a baixo.

	2014	2013
Subvenção Federal - INSS Patronal	4.935.011,60	4.415.533,50
SAT	493.501,15	441.553,58
Terceiros	1.025.393,11	915.687,16
Impostos sobre Importação	2.419.558,39	
	<b>8.873.464,25</b>	<b>5.772.774,24</b>

#### 23 Evento Subsequente

Até aprovação e o encerramento das demonstrações financeiras de 2014, no início de 2015 foram repassadas OP - Ordem de Pagamento, referente o exercício de 2014 nos valores de:

Bolsa Universitária	OP 002 e 005	R\$ 9.921.170,10
Restaurante Cidadão	OP 001, 002 e 004	R\$ 3.260.693,74
Manutenção e Programas de Proteção Inclusão Social da OVG	OP 016, 017, 018 e 019	R\$ 1.112.170,73

Pela Portaria nº 21 de 11 de março de 2014 da Secretária Nacional de Assistência Social, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 14/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.065051/2009-71, resolve:

Art. 3º Deferir a renovação de certificado de entidade beneficente de assistência social requerida pela Organização das Voluntárias de Goiás, CNPJ 02.106.664/0001-65, pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2014, nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 7.237/2010 e do parágrafo único do art. 38 - A, da Lei nº 12.101/2009.

Em 22/12/2014 foi protocolado no MDS sob o nº 71000141763/2014-61 o pedido de renovação do CEBAS, para o período de 01/01/2015 a 31/12/2017. No qual não há posicionamento até a data da aprovação das demonstrações financeiras.

Ressaltamos que não possuímos nenhum outro Convênio com órgãos ligados às atividades de Educação e/ou Saúde. Além das informações mencionadas anteriormente não existem nenhum outro fato relevante que necessita ser mencionado.

#### 24 Autorização para Conclusão das Demonstrações Contábeis

A coordenação autorizou a conclusão das demonstrações contábeis e notas explicativas em 10 de fevereiro de 2015.

Era o que temos a relatar e esclarecer em adendo as demonstrações contábeis hora apresentadas e encerradas.

Goiânia (GO), 31 de dezembro de 2014.

ELIANA MARIA DE CASTRO FRANÇA  
Coordenadora Geral  
IZEKSON JOSÉ DA SILVA  
Coordenador Administrativo

OLAVO MARSURA ROSA  
Coordenador Financeiro  
HELCA DE SOUSA NASCIMENTO  
Coordenadora Técnica

DANILZA DE JESUS LOURENÇO  
Depto Contábil  
CRC-GO 013632/0-6

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Coordenadores da

##### ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE GOIÁS - OVG

Goiânia - GO

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **Organização das Voluntárias de Goiás - OVG** ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

##### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou por erro.

##### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causadas por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

##### Base para opinião com ressalva

1. No que se refere ao **Estoque**, foram identificados itens que se encontram em situação de obsolescência e continuam compondo o valor dos Estoques apresentados sem atribuir qualquer valor de provisão para perdas e/ou baixa por obsolescência. Os itens produzidos para fins de doação não são mensurados ao custo de produção, mas tão somente atribuído um valor simbólico de tal modo que não são levados em consideração para fins de registros contábeis, pois as despesas incorridas na sua produção são imediatamente registradas em resultado como matéria prima consumida na produção, sendo esta prática divergente ao estabelecido na NBC TG 1000. A ausência desses controles constitui uma limitação no escopo de nossos trabalhos, e, conseqüentemente não é possível concluir sobre os possíveis efeitos que tais mensurações pudessem afetar as demonstrações contábeis como um todo;

2. A OVG possui **Créditos a Receber** provenientes de repasses de entidades beneficiadas pelo Programa Fomentar/Produzir do Estado de Goiás, os quais não estão adequadamente controlados pela Entidade. Até a data da emissão deste relatório a OVG estava realizando o levantamento desses valores, onde para sua conclusão depende de informações por parte de órgão externo que realiza os controles desse programa Estadual a fim de obter a relação das entidades que adotaram como indicador de desempenho a contribuição mensal, por meio de repasses à OVG, de valores equivalentes às bolsas universitárias gerenciadas pela mesma. A ausência de controle desses créditos constitui uma limitação no escopo dos trabalhos de Auditoria e portanto não temos condições de avaliar a existência de possíveis créditos e estimar suas respectivas perdas com crédito de liquidação duvidosa relativa aos saldos apresentados em 31 de dezembro de 2014;

3. Referente aos valores apresentados no **Ativo Imobilizado**, os controles apresentados pela entidade não permitem validar, de forma conclusiva, sobre o saldo existente e tampouco nos foi possível satisfazer por procedimentos alternativos de auditoria. Como a variação de ativos é computada na determinação do resultado e dos fluxos de caixa, não nos foi possível determinar se seria necessário efetuar ajustes no lucro líquido do exercício registrado na Demonstração de Resultado e nos fluxos de caixa de atividades operacionais registrados na Demonstração dos Fluxos de Caixa. Com relação à mensuração de itens do ativo imobilizado que inicialmente é feita pelo seu custo de aquisição, menos o valor depreciável, não está sendo atribuído o valor residual dos ativos assim com determina a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, sendo este uma limitação no escopo dos trabalhos, e portanto não nos permite avaliar os possíveis efeitos sobre os valores apresentados nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014.

4. A administração da Entidade não elaborou estudo específico quanto à análise periódica da capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, ou seja, não foi aplicado **teste de recuperabilidade** do imobilizado (*impairment*), conforme exigido pelas práticas contábeis introduzidas pela Lei 11.638/2007 e normas brasileiras de contabilidade convergidas ao padrão internacional IFRS, principalmente a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. A ausência dessa análise constitui uma limitação de escopo de nossos trabalhos, e, conseqüentemente, não temos condições de avaliar a existência de possíveis perdas sobre os valores consignados nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014.

##### Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Organização das Voluntárias de Goiás - OVG** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

##### Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 23 o Certificado Beneficente de Assistência Social - CEBAS, por meio da Portaria nº 21 de 11 de março de 2014 da Secretária Nacional de Assistência Social, foi deferido sua renovação pelo período de 01/10/2010 a 31/12/2014, e em 22 de dezembro de 2014, foi protocolado novo pedido de renovação para o período 2015 a 2017 o qual não há posicionamento até a data da aprovação das demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

##### Outros assuntos

##### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentado para fins de comparação foram auditados por outra empresa de auditoria, e na oportunidade foi emitido relatório de auditoria com opinião modificada.

Goiânia-GO, 19 de março de 2015.



**BRAVO'S** Auditores Independentes SS  
CRC - GO 1818/O-8  
**Marcelo Alejandro Galindo Bravo**  
Contador CRC-GO 015750/O-4